

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GT CHUMBO EM TINTAS (aprovada em 12-12-16)

Sala de Reuniões T-13 do prédio do MMA 505 norte – Brasília-DF

Data: 01 de novembro de 2016, das 10h às 17h

Lista de presença:

Nome	Instituição	Email
Andréa Santini Henriques	INMETRO	ashenriques@inmetro.gov.br
Gustavo Kuster	INMETRO	gkuster@inmetro.gov.br
Cayssa Marcondes	MMA	cayssa.marcondes@mma.gov.br
Fernando Vieira Sobrinho	Fundacentro	Fernando@fundacentro.gov.br
Ricardo Zanatta Bortoli	MDIC	Ricardo.bortoli@mdic.gov.br
Gisele Bonfim	ABRAFATI	gisele@abrafati.com.br
Peter Rembischevsk	ANVISA	peter.rembischevski@anvisa.gov.br
Letícia Reis de Carvalho	MMA	leticia.carvalho@mma.gov.br
Marcelo Bulgueroni	ABRAFATI	mab@badv.com.br
Thais Cavendish	MS	thais.cavendish@saude.gov.br
Zuleica Nycz	FBOMS	zuleica.nycz@gmail.com
Vera Fernandes	TESIS	vera@tesis.com.br
José Sérgio dos Passos Oliveira	MCidades	Jose.oliveira@cidades.gov.br
Olavo Moura de Medeiros	CONJUR/MMA	Olavo.medeiros@agu.gov.br/olavo.medeiros@mma.gov.br
Antonio Carlos Oliveira	ABRAFATI	Antonio.carlos.oliveira@abrafati.com.br
Dilson Ferreira	ABRAFATI	dilsonf@abrafati.com.br
Ana Cristina S. Linhares	IBAMA	Ana.linhares@ibama.gov.br
Hassan Sohn	FBOMS	

Memória:

Letícia Carvalho (MMA) deu boas vindas abrindo a segunda reunião ordinária do Grupo de Trabalho sobre Chumbo em Tintas. Consultou a todos sobre a aprovação da memória da 1ª reunião ordinária do GT, ocorrida em 01/09/2016, cuja memória foi enviada aos membros para apreciação em 22/09/2016. Os presentes aprovaram a memória. Letícia informou que a aprovação da memória da 1ª reunião extraordinária será feita na próxima reunião do GT, uma vez que entre a data da reunião (22/09/16) e o envio da memória (24/10/2016) não houve tempo suficiente para apreciação do conteúdo. Letícia resgatou o objetivo principal desta reunião ordinária, que é a conclusão do texto do decreto regulamentador da lei de chumbo em tintas. Ressaltou a apresentação do Ministério das Cidades (MCidades) e a sua importância para que o grupo pudesse conhecer a prática do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat. Letícia informou também que o representante da Associação Brasileira da Indústria Química

(ABIQUEM) não pôde comparecer, orientando então que as informações contidas na apresentação que estava programada para esta reunião fossem circuladas por email para os membros do grupo.

Seguiu-se uma rodada de apresentações e então o representante do MCidades iniciou sua apresentação, com destaque para os seguintes pontos:

- O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQPH) foi instituído por meio da Portaria nº 134 MP, de 18 de dezembro de 1998. O Programa já esteve hospedado em vários ministérios antes de ser alocado no MCidades;
- A coordenação do PBQPH é feita de maneira compartilhada pelos setores público e privado, contando com uma instância técnica (Grupo de Assessoramento Técnico) e um Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH)
- O PBQPH SIAC – sistemas de certificação de construtoras, é uma espécie de ISO. O SIAC dá alternativas inclusivas, com etapas de adesão (12 meses), nível de certificação de A e nível de certificação B.
- O Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SIMAC) do PBQPH foi instituído pela Portaria Mcidades nº 310 de 2009, com atualizações posteriores por meio das Portarias nº 570 de 2009 e nº 333 de 2014. O SIMAC trabalha para combater a não conformidade sistemática e tem como principais atores o MCidades, seu regulamentador, as entidades setoriais mantenedoras dos PSQ e a Entidade Gestora Técnica (EGT) acreditada pelo Inmetro. O SIMAC hospeda 25 programas setoriais e é coordenado por uma Comissão Nacional e um Fórum de Gerentes de cada PSQs. Todas as decisões passam pela Comissão Nacional do SIMAC e posteriormente são encaminhadas para aprovação do CTECH. O Fórum de gerentes conta com um representante eleito para participar da Comissão Nacional do SIMAC. A Comissão Nacional do SIMAC tem uma composição tripartite: contratantes (MCidades, Caixa e BNDES); Instituições Técnicas de Normalização e Regulação (INMETRO, ANTAC, CB-02 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT); associações ou sindicatos de fornecedores (ABRAMAT, ANAMACO e Fórum dos Gerentes de PSQ).
- O PPA 2016-2019 contém uma meta de competência do SIMAC, no âmbito do Programa Moradia Digna: “elevar e manter em 90%, o percentual médio de conformidade com as normas técnicas dos produtos que compõem a cesta de materiais de construção”. Os programas setoriais só existem porque existem produtores intencionalmente produzindo fora da norma. O principal objetivo do SIMAC e dos programas setoriais é o combate à inconformidade sistemática. O grande aliado do SIMAC é o código de defesa do consumidor. Os programas setoriais visam atender aos interesses dos consumidores, e claro, existe o viés das moradias de interesse social. No portal do programa, existem informações públicas sobre fabricantes conformes e não conformes.
- A criação de um PSQ no âmbito do SIMAC depende de uma iniciativa do setor, por meio de pleito de entidade nacional representativa de mais de 50% do volume nacional produzido, como é o caso da ABRAFATI.
- Cada PSQ deve ter um produto alvo. A EGT tem função de terceira parte, com caráter de idoneidade: ela deve atender os requisitos mínimos para fazer a gestão técnica de um PSQ, conforme a portaria preconiza. A empresa Tesis é a EGT do PSQ de tintas imobiliárias. A EGT é auditada anualmente pelo INMETRO.
- Os produtos alvo dos PSQs devem necessariamente ter normas técnicas brasileiras pela ABNT. Caso o produto não tenha essas normas técnicas, o MCidades classifica-o como produto inovador, que entra em outro sistema do PBQPH, o Sistema de Avaliação

Técnica de Produtos Inovadores e Sistemas Convencionais (SINAT). A norma brasileira da ABNT contempla o parâmetro de chumbo em tintas previsto em lei, então o PSQ automaticamente contempla esse parâmetro. Os PSQ dedicam-se também a aprimoramentos além das normas existentes, a exemplo de parâmetros de sustentabilidade, como economia de água.

- O setor de tintas imobiliárias apresenta historicamente baixo percentual de inconformidades durante os 14 anos de PSQ e 18 anos do PBQPH. Os relatórios da EGT são trimestrais e estão disponíveis no site do programa no MCidades (<http://www.cidades.gov.br/pbqp-h>), onde é possível acessar também os percentuais de inconformidades e a classificação de empresas.
- Quando uma empresa está na lista das não conformes do SIMAC, ela normalmente recorre, mas frequentemente é punida e tem que reparar os prejuízos causados com recall, Termo de Ajustamento de Conduta, entre outras, além do reconhecimento da inconformidade.
- O PBPQH gera documentos orientadores para o financiador e todos os atores da cadeia sobre como atender as normas de desempenho.
- De uma maneira geral, os percentuais de conformidade tem aumentado ao longo dos 18 anos do PBQPH. O BNDES utiliza os PSQ como critério para autorização de venda de produtos pelo cartão BNDES. A Caixa Econômica dispõe do selo Casa Azul, que diferencia e recomenda produtos de empresas qualificadas nos PSQs do PBQPH.
- Para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos, o representante do MCidades disponibilizou o endereço eletrônico: Pbqp-h@cities.gov.br

Leticia Carvalho (MMA) agradeceu pela apresentação e pela clareza das informações sobre o PBQPH. Destacou que, no caso específico de tintas imobiliárias, é importante lembrar que a discussão gira em torno da presença de um contaminante (chumbo).

Gisele Bonfim (ABRAFATI) destacou o PSQ de tintas imobiliárias já realiza análises de chumbo. Marcelo Bulgueroni (ABRAFATI) registrou que o PSQ fiscaliza e pune as empresas não conformes. Gustavo Kuster (INMETRO) perguntou se fiscalização, nesse caso, significa poder de polícia administrativa. Marcelo Bulgueroni (ABRAFATI) esclareceu que não, que a fiscalização tem efeito similar, mas que a ABRAFATI não está investida desse poder por sua natureza jurídica, encaminhando denúncias para o Ministério Público, que abre inquéritos normalmente resultantes em Termos de Ajustamento de Conduta.

Zuleica Nycz (FBOMS) registrou que o PSQ de tintas imobiliárias incorporou o parâmetro de chumbo somente em 2014, apesar da lei de chumbo em tinta ser de 2008. Questionou o porque dos PSQs terem levado tanto tempo para incorporar parâmetros de sustentabilidade e segurança. Questionou também sobre de que maneira o consumidor, que é tido como o foco do PBPQH e dos PSQs, pode acessar as normas da ABNT, uma vez que elas são privadas e disponíveis mediante pagamento. Leticia Carvalho (MMA) solicitou que essas perguntas fossem feitas posteriormente, pois fogem do objetivo da presente reunião. Zuleica Nycz (FBOMS) ressaltou a importância das perguntas feitas uma vez que o PSQ está sendo cogitado para contribuir com a medida regulatória a ser adotada pelo INMETRO. Leticia Carvalho (MMA) manteve a posição de que essas perguntas e respostas não auxiliariam o alcance dos objetivos da presente reunião e prosseguiu então com a programação, passando a palavra para apresentação da representante da empresa Tesis, Vera Fernandes, cujos destaques foram:

- A Tesis é uma empresa de engenharia que apoia setores industriais na melhoria da qualidade de seus produtos, com vistas à proteção do consumidor final e da busca por concorrência justa.
- A Tesis atua basicamente em três áreas:
 - PSQs: organização dos setores industriais com o objetivo de garantir a qualidade dos produtos ofertados à sociedade brasileira e isonomia competitiva entre as empresas do setor.
 - Laboratórios de ensaios: acreditados pelo INMETRO para realização de 250 ensaios de materiais e componentes da construção civil.
 - Avaliação técnica de produtos: orientação do processo de desenvolvimento de novos produtos (que não possuem normalização prescritiva), reduzindo os riscos ocasionados pelo desconhecimento do real desempenho e durabilidade em sua aplicação.
- A Tesis é um Organismo Certificador de Produtos (OCP) certificado pelo INMETRO. Realiza 290 ensaios acreditados pelo INMETRO. As análises de chumbo em tintas são feitos em dois laboratórios acreditados pelo INMETRO, não são feitos pela Tesis.
- O PSQ de tintas imobiliárias conta com 34 empresas com 47 unidades fabris. O Programa conta com adesão de fabricantes de matérias primas. Ressaltou a importância da existência de uma norma técnica para ensaio, uma vez que os primeiros ensaios de chumbo realizados resultaram em inconsistências de metodologia e resultados. Assim, foram realizadas etapas intralaboratoriais e interlaboratoriais, resultando na norma de determinação de chumbo publicada em 2015.

Zuleica Nycz (FBOMS) questionou se não foram utilizados métodos internacionais, como os recomendados pela Agência de Proteção Ambiental americana (EPA). Gisele Bonfim (ABRAFATI) lembrou que na reunião realizada no INEMTRO em 2015 foram discutidas todas essas questões sobre os pormenores da aplicabilidade dos métodos internacionais no Brasil. Vera Fernandes (Tesis) informou que foi feito todo um trabalho de pesquisa internacional, incorporação e adaptação dos métodos, que resultou no achado de que dos 7 laboratórios no Brasil, somente 3 produziam resultados fidedignos.

- As análises realizadas para chumbo em tinta também avaliam se, atingidas as normas, ficam mantidas as características de qualidade de uma maneira geral, de durabilidade, etc.
- O Artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) é a ferramenta de trabalho da Tesis.
- Se não há uma norma técnica brasileira específica, não há como instituir um PSQ. Esta é a razão pela qual as tintas semi brilho ainda não estão incorporadas no PSQ.
- O fabricante pode ser classificado como não conforme se o que ele apresenta no mercado não estiver condizente com o produto que está na unidade fabril.
- Pelo menos 1 vez por trimestre todas as unidades fabris da empresa integrante do PSQ são avaliadas pela Tesis, com técnicas de aleatorização durante todo o processo. Se o fabricante produz para outras empresas, ele deve manter a conformidade dos seus produtos e isso também é auditado. A Tesis procura na auditoria sempre o produto mais recente, para avaliar o momento mais atual possível. Somente o auditor sabe o que será coletado, o fabricante não tem acesso. As embalagens também são auditadas. As análises são feitas às cegas, não sendo possível identificar em nenhum momento o nome da empresa, pois o processo é todo codificado. Se por alguma razão os lacres das embalagens das amostras estiverem rompidos, essas amostras são descartadas e a auditoria é

reiniciada. Todos os dados das empresas e seus produtos já estão pré-digítados, não havendo necessidade de digitação de nenhuma informação na entrada das amostras nos laboratórios.

- A auditoria em revenda de produtos é uma preocupação importante da Tesis. A coleta é feita no lugar onde o produto está sendo comercializado. Procura-se sempre rotas de escapes prováveis de inconformidades, como, por exemplo, alguma localidade que possa ser considerada mais vulnerável para a percepção de determinada inconformidade.
- A Tesis somente aceita amostras coletadas e entregues por seus próprios auditores, que estão espalhados no Brasil.
- A empresa publica em seu relatório setorial uma síntese sobre as exigências legais e normativas, inclusive com os nomes das marcas, divulgando e disponibilizando, portanto, o conteúdo relevante das normas ABNT. No relatório, se a empresa é classificada como qualificada, significa que ela não teve nenhuma não conformidade. Para ser classificada como não conforme, a empresa deve ter cometido um histórico de não conformidades, e não um resultado isolado. Muitas marcas de tintas foram incorporadas ao longo dos anos, resultando atualmente em 550 marcas acompanhadas.
- Os métodos de ensaio de tintas imobiliárias somente são publicados depois de ampla discussão na Comissão Nacional do PBQPH. A Tesis apresenta ao Ministério Público (MP) as informações das suas análises, sendo até o momento o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a medida corretiva mais comumente adotada. Foi feito também um recall de tintas em Aparecida de Goiânia e uma fábrica em Colombo no Paraná foi fechada por decisão da Promotoria de Justiça e Defesa do Consumidor do Paraná.
- Os resultados de chumbo em tintas obtidos pela Tesis foram os mesmos obtidos pelo INMETRO posteriormente em seu programa de certificação voluntária.

Peter Rembischevsk (ANVISA) questionou se pigmentos e outras matérias primas são regulamentados por algum órgão de saúde e se existe obrigatoriedade de rotulagem de risco à saúde? Vera Fernandes (Tesis) informou que a Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) já é obrigatória para produtos químicos utilizados na construção civil, inclusive já existem prazos definidos para inserção dos pictogramas. Gisele Bonfim (ABRAFATI) acrescentou que o GHS já está regulamentado para tintas desde o final de 2015. Zuleica Nycz perguntou se a empresa Tesis vai direto ao MP para entrega dos resultados e, se o faz, se dirige a qual MP. Vera Fernandes (Tesis) informou que a referência para o MP é sempre o local onde a empresa está sediada. A empresa produz relatório lacrado que somente o promotor deve abrir. A denúncia ao MP é feita a partir da prática sistemática da não conformidade. Zuleica Nycz perguntou se a Tesis, portanto, não acompanha os inquéritos. Vera Fernandes (Tesis) informou que o promotor convoca as partes para apresentar os resultados aos fabricantes novamente (a denúncia é feita depois da advertência ao fabricante), raramente chegando à necessidade de instaurar um inquérito e um TAC, a menos que a empresa não demonstre esforços para se adequar. A Tesis acompanhou os resultados referentes a chumbo e perceberam que as empresas adequaram seus produtos no teor de chumbo, tendo o presidente da ABRAFATI inclusive promovido um recall de tintas não conformes.

Antônio Carlos (ABRAFATI) ressaltou a importância de se abordar todos os demais parâmetros de qualidade, que não só chumbo, pois o chumbo está inserido em todo esse contexto dos processos de trabalhos da Tesis.

Letícia Carvalho (MMA) encerrou a parte informativa da reunião, destacando o claro papel da indução pública na qualidade, performance e segurança de produtos e processos, mediante seu poder de compra e suas políticas públicas de habitação. Destacou que a ABRAFATI representa majoritariamente o setor e que há em andamento um programa setorial de qualidade e um programa de certificação do INMETRO. Destacou que o que falta é a determinação da autoridade competente que exercerá esse poder de fiscalização e que este deve ser o foco do GT hoje para o texto do decreto. Ressaltou que temos clareza de que existe uma história e uma tendência de conformidades no setor.

Marcelo Bulgueroni (ABRAFATI) questionou se o GT tem condição de determinar como se dará o processo, pois a autoridade competente está clara. Antônio Carlos (ABRAFATI) sugeriu que o GT tenha mais tempo para digerir as informações discutidas nesta reunião. Letícia Carvalho (MMA) lembrou que a definição de como se dará o processo será uma prerrogativa da entidade reguladora, não do GT, ressaltando que os dois grandes agregadores e observadores do processo, setor produtivo e sociedade civil, tem uma grande oportunidade de garantir o primor técnico, jurídico e de *accountability* por meio das suas contribuições no GT. Porém, há ainda vácuos importantes que não serão cobertos por esta legislação, por isso todos os esforços estão sendo envidados para a construção e aprovação do Anteprojeto de Lei de cadastro, avaliação e controle de substâncias químicas. Gustavo Kuster (INMETRO) reforçou que o decreto em discussão definirá a instituição responsável e que os detalhamentos sobre procedimentos não devem ser feitos nesse momento, mas sim de maneira mais oportuna, com a participação de todos os impactados e interessados. Zuleica Nycz (FBOMS) registrou que a sociedade civil esperou 7 a 8 anos por esse processo de atuação do poder público, e que compreende as limitações do INMETRO, mas que não concorda em produzir um decreto muito aberto, que acrescentaria muito pouco à resolução do problema e não demandaria tantas reuniões. Zuleica reforçou que o mercado não está plenamente diagnosticado, que o cenário pode não ser tão seguro assim, porque os dados não são conhecidos e são oriundos do próprio setor produtivo. Enfatizou que a sociedade não pode ser penalizada pela lentidão do poder público.

A reunião foi interrompida para almoço e retomada à tarde.

Letícia Carvalho (MMA) reiniciou a reunião com a análise das contribuições recebidas para ao texto do decreto (vide Anexo 1). O grupo iniciou as discussões com o refinamento da definição de “tintas de uso infantil”, tendo o grupo chegado à conclusão de que essas tintas referem-se às que não são nem imobiliárias e nem de uso escolar, mas sim as que acompanham brinquedos para fins lúdicos, para serem utilizadas como parte do brinquedo. Gustavo Kuster (INMETRO) ressaltou que as tintas utilizadas para revestir a superfície de brinquedos em geral estão cobertos pela certificação de brinquedos do INMETRO. Houve dissenso sobre os corantes e tingidores, se são ou não escopo da lei. Peter Rembischevsk (ANVISA) buscará a informação sobre se existe alguma regulação da ANVISA no que se refere a tintas de uso capilar e facial. Quanto ao trecho sobre penalidades, houve dúvida sobre se devem ser aplicadas as penalidades previstas na lei que rege o INMETRO ou as que estão previstas na Lei nº 11.762/2008, que são mais leves. Não houve consenso, então deixou-se para avaliar novamente na próxima reunião.

Gustavo Kuster (INMETRO) sugeriu a adição de um parágrafo único no intuito de marcar o mandato do Instituto para definição da medida regulatória em seus próprios instrumentos, suas portarias entre outros, podendo inclusive flexibilizar mais a regulação ou torná-la mais restrita, quando necessário. Marcelo Bulgueroni (ABRAFATI) sugeriu que o decreto possa trazer alguma garantia de uma mínima previsão regulatória, já determinando os sistema pelo qual se dará a

fiscalização, para evitar imprevisibilidades desnecessárias para o setor, pois a não-determinação gera apreensão intensa pelo setor de tintas. O representante do INMETRO reafirmou que o ente regulador carrega o ônus de regular, com critérios de transparência, de publicidade, de construção coletiva, mas a decisão regulatória final é dele, esclarecendo inclusive que se não for possível o INMETRO tomar exercer essa autonomia, a instituição pode recuar da missão de ser a autoridade competente no âmbito da Ação Civil Pública. Hassan Sohn (FBOMS) concordou com o INMETRO quanto à definição e descrição de metodologias de ensaio e regras de amostragem devem constar num regulamento próprio do órgão e não no decreto. Olavo de Medeiros (CONJUR/MMA) esclareceu que esse parágrafo único está de acordo com os princípios do direito administrativo moderno, que preconiza que a parte técnica não é do parlamento, mas sim da autarquia técnica. Antônio Carlos (ABRAFATI) sugeriu que as decisões sobre as medidas regulatórias a serem adotadas sejam compartilhado com o setor produtivo para que tudo seja efetivamente implementado. Leticia Carvalho (MMA) lembrou que o Poder Executivo já apresentou o INMETRO como a autoridade competente no dia 25 de maio deste ano e que é necessário resguardar que essa autoridade tenha a autonomia necessária para regulação. Ressaltou que é possível garantir que a sociedade e o setor produtivo tenham mais tempo para obter informações que sejam necessárias para a compreensão desse processo. Podemos ter um segundo momento para discutir como o INMETRO planeja agregar, receber contribuições e fazer oitivas desses dois setores e de qualquer outro possivelmente interessado. Desta forma, o parágrafo único ganhou acréscimo de definições de mecanismos de participação e contribuição. Gisele Bonfim (ABRAFATI) insistiu em participar do momento prévio à definição das medidas regulatórias. Leticia Carvalho (MMA) reafirmou que todos os atores são observadores do processo e resgatou o fato de que o INMETRO usualmente promove reuniões de consulta às partes interessadas previamente à consulta pública dos seus regulamentos. ABRAFATI manteve posicionamento de que o texto do decreto deve determinar como a fiscalização ocorrerá.

Sobre a proposta do FBOMS no Art. 2º de ampliar o controle para toda a cadeia de tintas, Leticia Carvalho (MMA) esclareceu que a Lei nº 11.762/2008 não provê este mandato e que esse controle está contemplado no Anteprojeto de lei de cadastro, avaliação e controle de químicos. Diante deste cenário, o FBOMS retirou essa sugestão de emenda ao texto do decreto. Antônio Carlos (ABRAFATI) sugeriu acordo entre os produtores de insumos contendo chumbo e os fabricantes de tintas, considerando que não somente medidas como legislação são capazes de mudar esse cenário. Leticia Carvalho (MMA) acrescentou que essa questão será levada para a CONASQ como um exemplo da necessidade da tramitação breve do Anteprojeto de lei.

Gustavo Kuster (INMETRO) questionou a FBOMS sobre qual seria exatamente a finalidade do cadastro proposto, quem financiaria e faria sua gestão. Os representantes do FBOMS esclareceram que julgam o cadastro importante para mapeamento do setor produtivo e para planejamento de ações de fiscalização. Leticia Carvalho (MMA) diferenciou de cadastro de registro. Os representantes do FBOMS reforçaram que é importante um cadastro para que não fiquemos à mercê de dados não oficiais. Leticia lembrou que o GT tem data para terminar e que esse tema passa a ser incorporado para o acompanhamento da CONASQ. Gustavo Kuster (INMETRO) compartilhou com o grupo o que seriam os principais componentes da proposta do INMETRO de medida regulatória, de maneira geral: reafirmação do limite de chumbo em tintas, definição do INMETRO como autoridade competente, anuência para importação, quando necessária, possibilidade de verificação na importação de maneira amostral pelo INMETRO, quando houver denúncia ou suspeita, com o INMETRO levando a amostra para análise em laboratório à custa do fabricante ou importador. Sinalizou que essa proposta tem respaldo no

Instituto para ser publicada em breve. Letícia Carvalho lembrou que dois processos em paralelo acontecerão: um é o decreto em si, cujo processo de publicação entrega a responsabilidade do seu controle e monitoramento aos órgãos para assinatura dos respectivos ministros; outro é a continuação dos trabalhos do GT e depois fora dele, dentro da CONASQ. Desta forma, ao FBOMS retirou a sugestão de instituição de cadastro nacional de fabricantes, importadores e distribuidores de tintas, tendo em vista que a intenção da proposta de decreto não é entrar no detalhamento da atuação da autoridade competente.

Gustavo Kuster (INMETRO) explicou que acrescentou no art. 3 o “quando necessário” porque, se for definido que a medida regulatória será um regulamento técnico, não há porque fazer anuência, diferente de se a medida regulatória for uma avaliação da conformidade, por exemplo. Esclareceu também que comumente utilizam metodologia de amostragem do próprio setor por meio de terceiras partes acreditadas, como o exemplo do PSQ, e isso não significa que o INMETRO não vá realizar ensaios porque existe o PSQ. Esclareceu que a lógica da proposta do INMETRO é sobre baseada na verificação de que o setor tem uma tendência de conformidade e que o esforço institucional deve ser proporcional a essa conformidade. Zuleica Nycz (FBOMS) concorda em parte, pois esta verificação está baseada nos dados que a ABRAFATI traz.

Letícia Carvalho (MMA) sintetizou as discussões reforçando a sugestão de aprofundamento desse mecanismo de registro, deixando claro que a cadastralização não amplia a capacidade do poder público de gerir suas matérias de regulação. Encerrou a reunião ciente de que o GT não venceu todo o documento com as emendas. Sugere reunião extraordinária para conclusão desse decreto, sugere que seja 16 ou 18 de novembro ou uma reunião de dois dias em dezembro (ordinária e extraordinária). Ficou encaminhado em dezembro.

Letícia Carvalho (MMA) solicitou também que os interessados se registrem no site do SAICM para a 1ª reunião interseccional do ICCM 5 de 7 a 9 de fevereiro em Brasília.